

Migração Internacional na América do Sul: o contexto brasileiro

*Lúcia Maria Machado Bógus**

*Rosana Baeninger***

*Luís Felipe Aires Magalhães****

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca apresentar um panorama sobre o processo de emigração de brasileiros aos países da América do Sul, a partir de uma reflexão histórica sobre as diferentes fases da migração internacional na América Latina e uma contextualização mais geral sobre a distribuição continental dos brasileiros no exterior nos últimos anos. Utilizaremos distintas fontes de dados, como os últimos Censos Demográficos, estatísticas da CELADE (Centro Latino-Americano de Demografia) e levantamentos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE).

O objetivo desta reflexão é periodizar as imigrações internacionais no Brasil e na América Latina, apontando suas principais fases e como essa mobilidade foi fundamental para o desenvolvimento econômico e social na região. A análise sobre as migrações de ultramar dos séculos XIX e XX nos permitirá situar o Brasil no contexto da América Latina, passo importante para entendermos a própria emigração brasileira aos países da América do Sul, processo social também importante que se ampliará a partir de meados do século XX. Por fim, analisaremos alguns dados administrativos sobre brasileiros no exterior, no que buscaremos definir as mobilidades desenvolvidas nas últimas décadas e a consolidação de fluxos para destinos como Estados Unidos, Paraguai, Portugal e Japão, por exemplo.

Nossa reflexão parte do pressuposto teórico de que as migrações internacionais são um fenômeno social que se (re) configura em perspectiva histórica (PORTES e LANDOLT, 1996), sendo produto e produtora do desenvolvimento, desigual, que o capitalismo mundial assume nos diferentes países e regiões que o compõem (SASSEN, 1988). Nesse sentido, a mobilidade espacial (nesse caso, internacional) da população configura-se como uma componente do capitalismo global

* Profa. Dpto de CSO da PUC-SP, coordenadora do Observatório das Metrôpoles

** Profa. do NEPO/IFCH/UNICAMP, Coordenadora da Cátedra Sergio Vieira de Mello, na Unicamp.

*** Pós-doutorando em CSO, PUC-SP, coordenador adjunto do Observatório das Metrôpoles

(HARVEY, 1993; De HASS, 2010), em que as diferentes fases do desenvolvimento socioeconômico condicionam, por sua vez, diferentes faces da migração (SINGER, 1973), neste caso, a migração internacional.

2 IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL NA AMÉRICA LATINA: PANORAMA HISTÓRICO

A análise histórica da imigração internacional na América Latina nos permite discernir pelo menos três grandes momentos ou fases deste processo (VILLA e MARTÍNEZ, 2000), quais sejam, a migração de ultramar, vinda sobretudo do continente europeu nos séculos XIX e XX; as migrações dentro do continente (migração intrarregional), com destaque para a emigração brasileira ao Paraguai, a migração andina à Argentina e a imigração na Venezuela, nos anos 1970; e os processos de emigração da América Latina para outros continentes, especialmente para a América do Norte, Europa e para o Japão. Essa última fase circunscreve-se em um sistema migratório Sul – Norte, predominante até a crise econômica de 2007, caracterizado por trazer

múltiplas repercussões para os países da América Latina e Caribe, entre as quais cabe destacar a perda de recursos humanos qualificados e a exposição dos migrantes ao risco de não conseguir uma efetiva inserção nos lugares de destino; esta migração implica, também, a formação de comunidades transnacionais de migrantes – que podem redundar em maior migração - e a geração de um potencial econômico associado às remessas que os emigrantes enviam aos seus lugares de origem (VILLA e MARTÍNEZ, 2000, p. 9).

Isso, no entanto, é apenas a terceira etapa (podemos atualmente já tratar de uma quarta etapa, como veremos) do processo de mobilidade populacional para dentro da e desde a América Latina. Recuperemos, brevemente, o histórico da migração na América Latina para identificarmos de maneira mais clara as especificidades do momento atual da mobilidade no continente.

A migração de ultramar na América Latina é um processo social que relaciona profundas transformações econômicas, sociais e políticas na Europa ao desenvolvimento econômico e social e as opções, políticas, pela mão de obra estrangeira e branca na América Latina. Segundo Lattes e Lattes (1997), desde o início deste processo, ainda no nascer do século XIX, até seu esgotamento, na década de 1970¹, aportaram à América Latina aproximadamente 21 milhões de imigrantes. São fundamentalmente os despossuídos da terra, os marginalizados por um processo de desapropriação rural e de industrialização que não absorvia a todos, e condenava muitos à miséria e à fome. De acordo com os autores, descontada a migração de retorno, o saldo imigratório líquido para a América

Latina nesse período é da ordem de 13,8 milhões de pessoas, das quais 11 milhões nascidos na Europa (especialmente provenientes da Itália, Portugal, Espanha e Alemanha).

Um aspecto particularmente importante desta primeira etapa é a relativa concentração da imigração internacional no Brasil e na Argentina. Dos 13,8 milhões de saldo migratório líquido, apenas Brasil e Argentina receberam 73% do total. Enquanto o Brasil absorveu 4,83 milhões de imigrantes (35% do total), a Argentina, por sua vez, absorveu 5,2 milhões, equivalente a 38% do total de toda a América Latina (LATTES, 1985).

Anteriormente, a economia colonial e seu sistema de produção assentado no trabalho escravo em grandes propriedades agrárias já havia trazido para o Brasil por volta de 3 milhões de africanos (GOULART, 1950). A conversão de africanos livres em seu continente a escravos no “novo mundo” foi o eixo, econômico, social e cultural, a partir do qual as nações latino-americanas ergueram-se e inseriram-se na divisão internacional do trabalho. As consequências desta estrutura são sentidas até hoje, especialmente no que se refere às formas intensas de superexploração de força de trabalho (MARINI, 2000; LUCE, 2012), o que ocorre, frequentemente, com migrantes, sejam eles internos ou internacionais (MAGALHÃES, 2017; BRITO, 1995).

A economia cafeeira e o trabalho na lavoura, por seu turno, passam a atrair a imigração europeia (LEVY, 1974). De acordo com Cano (1977), esta primeira etapa da imigração no Brasil vinculou-se intimamente ao processo de industrialização e de urbanização, não apenas por ter absorvido um amplo contingente populacional para o trabalho primeiro na lavoura e depois na indústria nascente e que se concentra nas cidades, sobretudo São Paulo, mas também por ter relegado a um segundo plano a mão de obra já disponível internamente, a população negra recém liberta, que viria a ocupar um espaço apenas marginal e subalterno tanto na estrutura do emprego como no espaço urbano em formação (BALÁN, 1973).

Essa primeira fase, que se estende de 1872 a 1950, é o período em que chegam ao Brasil 4.554.646 estrangeiros, dos quais 1,5 milhões (32%) provenientes da Itália (LEVY, 1974). Essa fase, por sua vez, é marcada por três períodos, de acordo com Levy (1974).

Um primeiro período, que se estende de 1880 a 1903, em que chegam 1.850.985 imigrantes europeus ao país, o equivalente a 40% do total de imigrantes entre 1872 e 1950.

Um segundo período, que se estende de 1904 a 1930, caracterizado pela entrada de 2.142.781 imigrantes. Embora nesse período tenha chegado o equivalente a 47% do total de imigrantes do período, é importante destacar que essa entrada foi bastante reduzida durante a Primeira Guerra Mundial.

Nesse segundo período, há uma etapa preliminar, entre 1904 e 1914, marcada pela diminuição do volume da imigração italiana no Brasil e o aumento do número de imigrantes portugueses e espanhóis. É, também, quando ocorre o início da imigração japonesa no país.

Após essa etapa preliminar do segundo período, há, entre 1915 e 1930, significativa elevação do número de entrada de portugueses, poloneses, russos e romenos, com manutenção e expansão da imigração japonesa (LEVY, 1974).

Esse período passa a encerrar-se a com o fim do subsídio do governo estadual de São Paulo à imigração estrangeira em 1927. A chegada de imigrantes se reduz fortemente, especialmente a partir dos anos 1930. As necessidades do processo de desenvolvimento industrial via substituição de importações, centrado na região Sudeste do país, fizeram com que à migração internacional europeia se seguisse um intenso e decisivo processo de migrações internas, particularmente, de acordo com Brito (1995) a partir dos dois grandes bolsões de superpopulação relativa, o nordeste brasileiro e o interior do estado de Minas Gerais.

Não significa isso que a imigração europeia no Brasil tenha acabado. Baeninger (2012) destaca que durante os anos 1950, houve a entrada de 583.069 imigrantes, destacando-se os portugueses (41,4% do total), espanhóis (16,2%), italianos (15,7%) e japoneses (5,7%). Durante esta década, chega o equivalente a 12% do total de imigrantes que aportam ao Brasil entre 1872 e 1950. É importante registrar também que é nessa década de 1950 em que tem início processos migratórios que viriam a consolidar-se no Brasil, especialmente na cidade de São Paulo, nas décadas seguintes: a imigração boliviana e coreana.

O esgotamento desta primeira fase das migrações internacionais no Brasil e na América Latina inaugura, a partir da segunda metade do século XX, uma nova fase da mobilidade internacional no continente, marcada pelos movimentos migratórios intrarregionais na América Latina (VILLA e MARTÍNEZ, 2000). Esses movimentos são históricos e bastante complexos, envolvendo desde fluxos intercontinentais até aqueles em espaços bi e trinacionais. Embora muitas destas mobilidades tenham se formado a partir de fatores econômicos, é importante pontuar que conjunturas políticas marcadas por autoritarismo de governos militares na região tenham, também, promovido movimentos migratórios a outros países, especialmente a partir da década de 1970. Esses processos promovem, nas décadas seguintes, a formação de um estoque de mais de 3 milhões de migrantes latino-americanos e caribenhos residindo em países da região que não o de seu nascimento (IMILA/CELADE, 2016).

Alguns países se destacaram como principais polos de atração dessa migração internacional intrarregional: nos anos 1970, Venezuela e Argentina e, a partir dos anos 1980, além destes dois países, também Paraguai e Costa Rica.

A consolidação do Paraguai como polo de atração populacional deu-se muito em razão da migração brasileira ao país: estima-se que, na década de 1980, 200.000 brasileiros migraram ao Paraguai.

Nos anos 1990, além dos países supra citados (com exceção à Venezuela e Argentina), também Bolívia, Nicarágua, El Salvador, Equador e Brasil passam a destacar-se como países de alta participação nas migrações intrarregionais na América Latina e Caribe.

Dentre os países com média participação, destaca-se Venezuela, Panamá, Colômbia, Chile, Uruguai, Argentina e Peru.

Dentre os países com baixa participação, destaca-se Guatemala e México – nesses casos, seus processos emigratórios articulam-se mais à América do Norte que propriamente com a América Latina e o Caribe.

A terceira fase da migração internacional na América Latina é caracterizada por processos migratórios Sul – Norte, isto é, a emergência e consolidação de fluxos migratórios desde os países da região até Estados Unidos, Europa e Japão.

Essa fase da migração internacional na região marca a perda de recursos humanos qualificados, através de uma migração de técnicos, profissionais e força de trabalho qualificada a outros países fora da América Latina (PELLEGRINO, 2000; SALES, 1996).

De acordo com Covarrubias (2010) e Grosfoguel (2007), em razão de estruturas étnicas, raciais e sociais destes países de destino, a migração de latino-americanos inseriu-se no mercado de trabalho secundário, evidenciando com isso uma subutilização de capacidades técnicas e profissionais não apenas na origem como também no destino desta força de trabalho migrante. Seja como consequência do volume destes processos migratórios, seja como estratégia de adaptação destes migrantes frente às dificuldades de inserção laboral e interação social, formam-se e expandem-se comunidades transnacionais (GUARNIZO ET AL, 2003), responsáveis pela manutenção e mesmo elevação numérica do fluxo e pela fixação dele em determinados territórios nas sociedades de destino.

Essas comunidades transnacionais, dentre seus diversos empreendimentos e negócios étnicos (BONACICH, 1973), passam a estabelecer uma importante conexão econômica dos emigrados com seus familiares nos países de origem, qual seja, as remessas de migrantes (CANALES, 2015). É característico desta fase o estabelecimento, portanto, de vínculos econômicos entre origem e destino, em relações que podem, de acordo com o contexto socioeconômico dos receptores destas remessas, condicionar tanto desenvolvimento econômico em escala local como dependência de remessas (MAGALHÃES, 2017).

Essa fase da migração internacional na América Latina, expressão de fluxos migratórios Sul – Norte, vê-se confrontada, especialmente após a crise econômica de 2007, com a emergência de fluxos migratórios Sul – Sul (BAENINGER ET AL, 2018). As migrações Sul – Sul, na medida em que apresentam características opostas àquelas que definiam a terceira etapa da migração internacional na América Latina, nos oferecem a possibilidade teórica de entendê-las como uma quarta etapa, existente, é verdade, desde antes de nosso século, mas que ganha força com algumas transformações importantes, tais como:

- Maiores restrições à entrada de imigrantes e refugiados em destinos tradicionais dos países centrais;
- Crise no mercado do trabalho e aumento da concorrência, inclusive com trabalhadores não imigrantes, no chamado mercado de trabalho secundário dos países centrais;
- Expansão, em determinados países do Sul global, de setores econômicos de baixa qualificação de mão de obra e contratantes, por isso, de força de trabalho imigrante, como é o caso da construção civil e da indústria de alimentos.

- Crescimento econômico em países do Sul global e maior participação na geopolítica internacional de países da América Latina, que passam a inserir-se no rol dos destinos migratórios de diversos fluxos com dificuldades de entrar nos destinos tradicionais, como Estados Unidos e Europa.

As migrações Sul – Sul entre e em direção aos países da América Latina, na última década, demonstram a complexidade e heterogeneidade da imigração internacional. Denotam os desafios teórico-metodológicos para explicações e análises das migrações entre os países da região bem como da imigração haitiana, síria, africana, iraquiana, coreana, de imigrações qualificadas, de imigrações refugiadas, dentre outras modalidades migratórias que constroem o mosaico das tendências de deslocamentos de população na contemporaneidade. De fato, as migrações Sul-Sul se consolidam no bojo de processo mais amplo das migrações transnacionais, da divisão internacional do trabalho, da mobilidade do capital. Refletem e (re)configuram condicionantes que ocorrem fora das fronteiras nacionais, com impactos na conformação da imigração no âmbito de cada país (BAENINGER et al, 2018, p. 13).

De acordo com o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, já em 2006 as migrações no sentido Sul – Sul representavam 32% dos fluxos globais; ao passo que 7% eram Norte – Sul e 33% Sul – Norte. Há, portanto, uma condição de igualdade da importância dos periféricos no centro em relação aos periféricos na periferia (MESQUITA e BAENINGER, 2016).

A emergência destes fluxos migratórios Sul-Sul estende-se também para o refúgio. Segundo relatório da ACNUR (2017), “em todo o mundo, a maior parte dos refugiados (84%) encontra-se em países de renda média ou baixa, sendo que um a cada três (4,9 milhões de pessoas) foi acolhido nos países menos desenvolvidos do mundo” (MAGALHÃES, 2018).

Um aspecto importante da migração Sul-Sul é, como dito, a presença dos “periféricos na periferia” (BASSO, 2003), isto é, a presença de um amplo contingente de trabalhadores oriundos de países periféricos e dependentes em segmentos subalternizados do mercado de trabalho de países que são, também eles, periféricos e dependentes.

Seja como imigrantes, seja como refugiados, os ‘periféricos na periferia’ constituem-se, portanto, como um dos aspectos mais urgentes da atual mobilidade internacional. As migrações Sul-Sul são resultado, neste sentido, não apenas das barreiras impostas pelos países do Norte global, os países do centro da acumulação capitalista mundial que, historicamente, mais atraem trabalhadores imigrantes, como também da nova posição de alguns países do Sul

global. Estes países, embora tenham permanecido na sua condição de periferia e de dependência, atraíram imigrantes a partir da especialização produtiva, aprofundando com isso a opção pela inserção primária na divisão internacional do trabalho. A consequência tem sido, também, a ampliação da oferta de trabalho em setores de atividade econômica caracterizados por precariedade e baixa qualificação (MAGALHÃES, 2018, p. 368).

Nesta quarta fase da migração internacional na América do Sul, as migrações Sul-Sul trazem à região novas faces, como migrantes e solicitantes de refúgio asiáticos, africanos e caribenhos. Os haitianos (como também os senegaleses, ganeses, chineses e bengalis) traçam, atualmente, novas trajetórias e mobilidades em países da região, como o Brasil, a Argentina e o Chile, evidenciando, a seu modo, não apenas as fragilidades e contradições das políticas imigratórias dos países da região como também de nossas próprias categorias teóricas.

Na próxima seção deste artigo, analisaremos um aspecto importante das migrações Sul – Sul, que é a presença brasileira nos países da América Latina. Veremos especialmente, no âmbito do Mercosul, que o Brasil tem ampliado as suas trocas migratórias com os países que compõem o bloco; bem como a manutenção, ainda que a um volume inferior, da emigração brasileira ao Paraguai, e a formação de novas tendências migratórias como para Chile, Peru e México, além da emigração para Argentina, Bolívia e Uruguai.

3 BRASILEIROS NA AMÉRICA LATINA

O que se entende como a migração brasileira nos países da América Latina é parte integrante, na verdade, de um processo amplo e estrutural de emigração brasileira ao exterior, iniciado entre as décadas de 1970 e 1980 e que guarda íntimas relações com os ciclos de crise e retração econômica no Brasil, estimulando milhares de brasileiros a buscar oportunidades de trabalho e realização pessoal fora do país.

A partir de meados de 1980, iniciam-se no Brasil fluxos migratórios marcantes, milhares de brasileiros deixaram o país devido às dificuldades econômicas enfrentadas, com altos índices de inflação, crescente desemprego, baixos salários, alto custo de vida e falta de perspectivas e oportunidades. Durante essa década a expectativa de conquistar melhor qualidade de vida e a possibilidade de explorar oportunidades inexistentes no Brasil fizeram com que muitos brasileiros deixassem o país, sonhando com um futuro melhor e mais próspero. (...) Houve uma grande movimentação de uma classe média brasileira empobrecida, que buscou novos locais para manter seu padrão de vida e de consumo fora do Brasil. A grande

maioria saiu do país com a expectativa de voltar, após ganhar dinheiro trabalhando no exterior, e recomeçar a vida em melhores condições econômicas e sociais em suas cidades de origem (BÓGUS e FABIANO, 2017, p.19).

Esse processo acentua-se na década de 1990, quando 1,3 milhões de brasileiros passam a viver no exterior (BÓGUS e FABIANO, 2017). É na primeira década do século XXI, no entanto, em que esse processo emigratório se atenua, especialmente em razão do crescimento da economia e da geração de emprego e renda, sobretudo até 2013. Esse período corresponde também à crise econômica nos países centrais, que irrompe no ano de 2007 e que traz profunda deterioração das relações de trabalho à força imigrante nesses países. Diante desse quadro, avoluma-se a migração de retorno ao Brasil, como confirmam Bógus e Fabiano (2017): “muitos brasileiros resolveram retornar ao país devido à crise econômica desencadeada nos Estados Unidos, Europa e Ásia, e considerando a situação mais estável em que o Brasil se encontrava” (BÓGUS e FABIANO, 2017, p. 20).

Retornemos ao processo de emigração brasileira na América Latina². Inicialmente, é importante registrar que os fluxos emigratórios brasileiros aos países do Mercosul possuem considerável presença de mulheres, especialmente na Argentina (57,5% do estoque total de emigrantes) e do Uruguai (60% do estoque total de emigrantes). A razão deste predomínio pode ser uma maior sobrevivência das mulheres em relação aos homens nestes fluxos que são mais antigos e consolidados. Ademais, é significativa a inserção das mulheres migrantes brasileiras no setor de comércio e serviços da Argentina e em trabalhos relacionados aos serviços sociais, pessoais e domésticos, como se verá adiante.

Não obstante o estoque de emigrantes brasileiros nos países do Mercosul possuir elevada escolaridade (predomínio do grupo de pessoas com mais de 10 anos de escolaridade), sua inserção laboral se dá em ramos de atividade econômica que historicamente admitem trabalhadores migrantes, os chamados nichos econômicos de migrantes (PORTES e LANDOLT, 1996). Todavia, merece destaque também a migração qualificada relacionada ao trabalho em atividades empresariais e financeiras.

A presença brasileira no Mercosul distribui-se desde destinos já consolidados, como Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia, até destinos não tão expressivos mas ainda assim importante, como Venezuela e Equador.

Dos destinos mais consolidados, destaca-se o estoque de migrantes brasileiros para a Argentina, que, embora tenha diminuído de 1960 a 1991 (de 48 mil para 33 mil pessoas), cresce em 2010, atingindo a marca de 41.247 migrantes brasileiros que declararam residir na Argentina. No Uruguai, esse número é menor, embora mais estável, da ordem de 13 mil brasileiros. No Paraguai, por sua vez, o número é significativamente superior, denotando a força de um processo migratório transfronteiriço de acentuada motivação econômica e mesmo política. No ano de 1999, havia aproximadamente 107 mil brasileiros residindo no país vizinho. Em 2000, esse número reduziu-se para cerca de 81 mil.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, havia, naquele ano, 491.645 brasileiros migrantes no exterior (residiam no Brasil em 31 de Julho de 2005 e no momento da realização do Censo de 2010 residiam no exterior). Destes, 46,11% são homens e 53,88% mulheres. Os principais continentes e os 10 maiores países recebedores destes imigrantes podem ser visualizados na Tabela 1.

Tabela 1 – Emigrantes internacionais brasileiros (2005-2010).

Continentes e países de destino	Total	Homens	Mulheres	Homens %	Mulheres %
Total	491645	226743	264902	46,12	53,88
Europa	252892	101017	151875	39,94	60,06
América do Norte	129940	64004	65936	49,26	50,74
Estados Unidos	117104	57857	59247	49,41	50,59
Portugal	65969	28771	37198	43,61	56,39
Espanha	46330	16883	29497	36,33	63,67
Ásia	43912	25341	18571	57,71	42,29
América do Sul	38890	20820	18070	53,54	46,46
Japão	36202	21189	15013	58,53	41,47
Itália	34652	11981	22671	34,58	65,42
Reino Unido	32270	15419	16851	47,78	52,22
França	17743	7476	10267	42,13	57,87
Alemanha	16637	5719	10918	34,38	65,62
Oceania	13880	7233	6647	52,11	47,89
Suíça	12120	3194	8926	23,35	73,65
Austrália	10836	5581	5255	51,50	48,50

Fonte: FIBGE, 2017.

Da Tabela 1, conclui-se, inicialmente, a predominância da migração para a Europa neste período, seguida de América do Norte, Ásia e somente depois a América do Sul. Cabe destacar que, não obstante o crescimento da migração para o Canadá nos últimos anos (BÓGUS e FABIANO, 2017), a maior parte da migração à América do Norte tem os Estados Unidos como destino. Dentre os países, a ordem é formada por Estados Unidos, Portugal, Espanha, Japão, Itália, Reino Unido, França, Alemanha, Suíça e Austrália. Percebe-se, pois, a ausência de destinos da América do Sul. A Tabela 2 apresenta especificamente a migração brasileira para os países da América do Sul entre 2005-2010.

Tabela 2 – Emigrantes brasileiros para a América do Sul (2005-2010).

País de destino	Total	Homens	Mulheres	Homens %	Mulheres %	Total %
América do Sul	38890	20820	18070	53,54	46,46	100,00
Argentina	8631	3875	4756	44,90	55,10	22,19
Bolívia	7919	4434	3485	55,99	44,01	20,36
Paraguai	4926	2863	2063	58,12	41,88	12,67
Guiana Francesa	3822	2156	1666	56,41	43,59	9,83
Suriname	3416	2014	1402	58,96	41,04	8,78
Chile	2533	1165	1368	45,99	54,01	6,51
Venezuela	2297	1406	891	61,21	38,79	5,91
Uruguai	1703	829	874	48,68	51,32	4,38
Outros países	3643	2078	1565	57,04	42,96	9,37

Fonte: FIBGE, 2017.

O principal destino no continente foi a Argentina (22,19% do total), em um fluxo em que predominaram mulheres migrantes (55,1%). Bolívia foi o segundo maior destino, com 20,36% do total e maior presença masculina (55,99% do fluxo). Neste caso, é importante registrar que uma parcela considerável deste volume populacional pode ser constituída de migração de retorno (bolivianos migrantes no Brasil que retornaram, entre 2005-2010, a seu país de nascimento). O terceiro destino é o Paraguai, com 12,67% do total e um fluxo composto mais por homens (58,12%). O período confirma, portanto, o já exposto anteriormente: uma diminuição da migração para o Paraguai, país, no entanto, com o maior estoque de migrantes brasileiros na região. Em seguida, vem Guiana Francesa (9,83%), Suriname (8,78%), Chile (6,51%), Venezuela (5,91%) e Uruguai (4,38%).

Outra tendência confirmada pelo Censo de 2010 é que a emigração brasileira aos países da América do Sul, e, de uma forma mais ampla, da América Latina e Caribe, é ainda pequena em relação aos brasileiros que migram para países de outros continentes. Isso não nos impede, no entanto, de investigar como se dá a inserção laboral desses brasileiros e em que setores de atividade econômica eles são admitidos no mercado de trabalho destes países.

4 INSERÇÃO LABORAL DE BRASILEIROS NOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL

A migração de brasileiros aos países do Mercosul revela a predominância do ramo de atividade “serviços” e “comércio”, exceção feita ao Paraguai, em que há destaque para outros setores, como veremos. Analisaremos a princípio os três destinos mais comuns, que são Argentina, Bolívia e Paraguai.

No que se refere à Argentina, verifica-se predominância do ramo de atividade “serviços comuns, sociais e pessoais”, em que, inclusive, há maior proporção de mulheres (setor mais ocupado pelas mulheres, com 28,6% do total)³. Outros setores importantes são a “agricultura” e o “comércio, reparações, hotéis e restaurantes”. O setor mais ocupado pelos homens é o da agricultura, com 24,9% do total. Essas informações podem ser visualizadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Inserção laboral de emigrantes brasileiros na Argentina segundo ramo de atividade (2010).

Ramo de atividade	Total	Homens	Mulheres	Total %	Homens %	Mulheres %
Total	18103	9507	8596	100	100	100
Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca	3176	2365	811	17,5	24,9	9,4
Minas e pedreiras	49	37	12	0,3	0,4	0,1
Indústria manufatura	1735	1099	636	9,6	11,6	7,4
Eletricidade, gás e água	113	106	7	0,6	1,1	0,1
Construção	782	566	216	4,3	6,0	2,5
Comércio, reparações, hotéis e restaurantes	3097	1396	1701	17,1	14,7	19,8
Transporte, armazenamento e comunicação	1384	931	453	7,6	9,8	5,3
Intermediações financeiras, imobiliárias, empresariais e aluguel	2660	1262	1398	14,7	13,3	16,3
Serviços comuns, sociais e pessoais	4059	1598	2461	22,4	16,8	28,6
Serviço doméstico	1048	147	901	5,8	1,5	10,5
Atividades não especificadas	--	--	--	--	--	--
Buscam trabalho pela primeira vez	--	--	--	--	--	--

Fonte: Imila/Celade, 2016.

Cabe destacar que, especialmente desde meados do século XX, quando também se esgotam as migração de ultramar na Argentina, as migrações transfronteiriças passam a exercer importante impacto na parcela estrangeira do mercado de trabalho do país. Embora peso maior seja exercido por paraguaios (38,2% do total de população migrante sul-americana residente na Argentina)

e bolivianos (24,6%), não é nada desprezível o volume de chilenos (13,5%), peruanos (10,5%) e uruguaios (8,4%) no país. Os brasileiros correspondem a 2,8% total de população migrante sul-americana residente na Argentina (BRUNO e MAGUID, 2018). De todas essas nacionalidades, é o grupo migrante com maior presença de mulheres, 57,8% do total, e a principal nacionalidade da parcela de imigrantes sul-americanos no país de baixa escolaridade (BRUNO e MAGUID, 2018). Além da baixa escolaridade, a inserção precária destes brasileiros no mercado de trabalho do país está associada também a um reduzido índice de regularização destes migrações, da ordem de 19,5% em 1970, 6,3% em 1980, 10,5% em 1991 e 10,9% em 2001 (VEGA, 2018).

No que se refere à imigração brasileira na Bolívia, predomina também o setor de “serviços comuns, sociais e pessoais” (setor mais ocupado pelas mulheres), seguido de “comércio, reparações, hotéis e restaurantes” e “agricultura”. O setor mais ocupado pelos homens é, novamente, a agricultura.

Quadro 2 – Inserção laboral de emigrantes brasileiros na Bolívia segundo ramo de atividade (2010).

Ramo de atividade	Total	Homens	Mulheres	Total %	Homens %	Mulheres %
Total	6348	4133	2215	100	100	100
Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca	1311	1144	167	20,7	27,7	7,5
Minas e pedreiras	92	83	9	1,4	2,0	0,4
Indústria manufatura	536	394	142	8,4	9,5	6,4
Eletricidade, gás e água	7	7	--	0,1	0,2	--
Construção	337	315	22	5,3	7,6	1,0
Comércio, reparações, hotéis e restaurantes	1331	732	599	21,0	17,7	27,0
Transporte, armazenamento e comunicação	255	212	43	4,0	5,1	1,9
Intermediações financeiras, imobiliárias, empresariais e aluguel	66	30	36	1,0	0,7	1,6
Serviços comuns, sociais e pessoais	1636	767	902	23,3	18,6	40,7
Serviço doméstico	--	--	--	--	--	--
Atividades não especificadas	144	449	295	11,7	10,9	11,3
Buscam trabalho pela primeira vez	--	--	--	--	--	--

Fonte: Imila/Celade, 2016.

Em relação ao Paraguai, no entanto, o principal setor de atividade econômica em que se inserem os migrantes brasileiros é a “agricultura” (50,1% do total), especialmente em razão da força que o plantio da soja tem no processo de expansão econômica brasileira no país vizinho. O segundo ramo de atividade é o “comércio, reparações, hotéis e restaurantes”, com 17,4% do total. Também diferente de Argentina e Bolívia, há um contingente destes migrantes que se insere na categoria ocupacional “buscam pela primeira vez” um trabalho, ou seja, jovens migrantes que ainda não se inseriram no mercado de trabalho. Nesse grupo, há predomínio de mulheres (assim como em serviços domésticos e serviços pessoais).

Quadro 3 – Inserção laboral de emigrantes brasileiros no Paraguai segundo ramo de atividade (2010).

Ramo de atividade	Total	Homens	Mulheres	Total %	Homens %	Mulheres %
Total	44926	35043	9883	100	100	100
Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca	22512	2137	1375	50,1	60,3	13,9
Minas e pedreiras	13	13	--	0,03	0,04	--
Indústria manufatura	4054	3108	946	9	8,9	9,6
Eletricidade, gás e água	30	26	4	0,1	0,1	0,0
Construção	1948	1934	14	4,3	5,5	0,1
Comércio, reparações, hotéis e restaurantes	7800	5065	2735	17,4	14,5	27,7
Transporte, armazenamento e comunicação	1990	1870	120	4,4	5,3	1,2
Intermediações financeiras, imobiliárias, empresariais e aluguel	640	419	221	1,4	1,2	2,2
Serviços comuns, sociais e pessoais	2234	1024	1210	5,0	2,9	12,2
Serviço doméstico	3143	127	3016	7,0	0,4	30,5
Atividades não especificadas	388	244	144	0,9	0,7	1,5
Buscam trabalho pela primeira vez	174	76	98	0,4	0,2	1,0

Fonte: Imila/Celade, 2016.

A seguir, apresentaremos dados e elaboraremos algumas reflexões sobre os brasileiros residentes em outros continentes.

5 BRASILEIROS NO MUNDO

Antes de apresentarmos informações sobre os brasileiros no mundo, é importante registrar que a fonte de dados que utilizaremos não é mais os Censos Demográficos, mas sim os registros consulares, isto é, o registro de brasileiros feitos pelas embaixadas do Brasil espalhadas pelo mundo. É, portanto, uma fonte de dados administrativa do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Esses registros tendem a ser melhor enumerados à medida em que a situação de documentação dos brasileiros no país está regularizada, como é o caso do Japão, por exemplo (BÓGUS e FABIANO, 2017). “Para o restante do mundo é necessário considerar que grande parte dos emigrantes brasileiros se encontra em situação migratória irregular e evita se submeter a sondagens e censos, ou mesmo matricular-se nas repartições consulares, tornando difícil estabelecer seu número com precisão” (BÓGUS e FABIANO, 2017, p. 21).

Segundo os dados do MRE, os brasileiros no mundo em 2008 eram 3.044.762; em 2012, eram, 2.547.079 (essa diminuição do estoque dá-se especialmente por conta da crise econômica nos países centrais e a migração de retorno ao Brasil, que ainda vivia um momento de expansão econômica); em 2014, eram 3.105.922 e, em 2016, 3.083.255 brasileiros residentes no exterior.

Importante considerar que os dados do MRE referem-se à estoque, isto é, total de brasileiros que vivem no exterior, e em países em que há representações consulares do Brasil. Não é, portanto, um dado de fluxo, ou seja, uma estimativa de quantos brasileiros tenham emigrado, segundo uma data de referência determinada, para um país, e tampouco nos diz há quanto tempo esse brasileiro reside no país.

A oscilação no número de brasileiros no exterior, especialmente entre 2008 e 2012, dá-se, em grande medida, em decorrência da crise econômica nos países centrais e do momento de maior crescimento econômico no Brasil. Essa diminuição indica, precisamente, os chamados “retornados da crise”:

a crise econômica internacional acabou atingindo diretamente o mercado de trabalho secundário, pouco qualificado, como por exemplo a construção civil e os serviços domésticos, com conseqüente redução dos ganhos no exterior, e atingiu diretamente muitos trabalhadores brasileiros que atuam nesses segmentos. Diante da situação econômica difícil de muitos países e da inviabilidade de se manter sem emprego, muitos brasileiros decidiram retornar, mesmo que temporariamente (BÓGUS e FABIANO, 2017, p. 23).

A natureza temporária do retorno, própria da condição do migrante (SAYAD, 2000), vê-se reforçada na conjuntura atual, em que a crise econômica atinge também o Brasil e faz crescer, já em 2014, o estoque de brasileiros no exterior.

O último levantamento realizado pelo MRE, referente ao ano de 2016, estimou que o número de brasileiros no exterior é de 3.083.255 pessoas, e sua distribuição por continentes é a que segue abaixo:

Tabela 3 – Brasileiros no exterior, segundo continente de registro (2016).

Continente	Brasileiros
América do Norte	1.467.000
América Central e Caribe	5.046
América do Sul	553.040
África	25.387
Europa	750.983
Oriente médio	47.552
Ásia	191.967
Oceania	47.310

Fonte: MRE, 2017.

A América do Norte é, portanto, o continente com o maior número de brasileiros no exterior, seguido pela Europa e a América do Sul. No continente asiático, em que residem 191.967 brasileiros, observa-se grande concentração deles no Japão, com 170.229 (88% do total). Na África, dos 25.387 brasileiros residentes no continente, 15.000 deles estão em Angola, país que também apresenta, atualmente, processo emigratório e de refúgio no Brasil.

No que tange à América do Norte, cabe destacar a magnitude do estoque de brasileiros nos Estados Unidos, o equivalente a 96,11% do total de brasileiros no continente em 2016.

Tabela 4 – Brasileiros na América do Norte, segundo os países de registro (2016).

País	Total
Estados Unidos	1.410.000
Canadá	43.000
México	14.000
Total	1.467.000

Fonte: MRE, 2017.

No continente europeu, chama a atenção a maior diversidade de destinos, embora haja certa concentração no Reino Unido, em Portugal, na Espanha, na Alemanha e na Suíça, onde o número de brasileiros supera, inclusive, o da Itália⁴, país geograficamente maior e com imenso histórico de emigração para o Brasil. Essas informações podem ser visualizadas na Tabela 5.

Tabela 5 – Brasileiros na Europa, segundo os países de registro (2016).

País	Total
Reino Unido	120.000
Portugal	116.271
Espanha	86.691
Alemanha	85.272
Suíça	81.000
Itália	72.000
França	70.000
Bélgica	48.000
Países Baixos	21.948
Irlanda	18.000
Demais países	31.801
Total	750.983

Fonte: MRE, 2017.

Na América do Sul, o país com maior estoque de brasileiros é o Paraguai, denotando exatamente o principal destino da migração de brasileiros no continente em perspectiva histórica. Com estoques bastante menores, estão Argentina, Guiana Francesa, Venezuela, Bolívia e Colômbia.

Tabela 6 – Brasileiros na América do Sul segundo os países de registro (2016).

País	Total
Paraguai	332.042
Argentina	46.870
Guiana Francesa	40.550
Venezuela	28.533
Bolívia	27.581
Colômbia	17.000
Guiana	15.500
Suriname	15.000
Chile	12.196
Uruguai	11.518
Peru	3.250
Equador	3.000
Total	553.040

Fonte: MRE, 2017.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscamos analisar, em perspectiva histórica, o processo de migração na América Latina, desde as migrações de ultramar até as mobilidades intrarregionais existentes atualmente e pelo menos desde a metade do século XX. Buscamos tecer algumas periodizações, indispensáveis para o entendimento do fenômeno da mobilidade espacial da população e, especialmente, da vinculação deste fenômeno às fases e etapas de desenvolvimento econômico e social no país e no continente.

A natureza histórica dos processos migratórios abordados e nossa abordagem teórica e metodológica, de priorização dos aspectos macroestruturais que condicionam essa mobilidade, situou nossa reflexão a um nível de abstração maior, é verdade, mas capaz, por isso, de abranger em um mesmo contexto explicativo fluxos distintos, ainda que identificados por uma temporalidade em comum.

Nossa reflexão aponta para elementos teóricos e tendências recentes que podem e devem ser analisados em pesquisas futuras, tais como as mobilidades e trocas migratórias entre América do Sul e outros continentes, a presença crescente de migrantes e refugiados Sul – Sul no Brasil e na América do Sul, as diferentes trajetórias, resistências e interações que caracterizam as mobilidades

femininas e nos permitem, bem mais que proporções, tratar das migrações femininas contemporâneas e, ainda, as diferentes políticas e gestões migratórias que envolvem, inclusive de forma bilateral, as migrações entre os países da América do Sul. São temas que não escapam completamente do campo das migrações intrarregionais mas que podem ser melhor visualizados através de estudos que contemplem, por exemplo, a materialização destes processos no território.

O artigo buscou, também, demonstrar a viabilidade, teórica e metodológica, do uso combinado de distintas fontes de dados, com as ressalvas e advertências necessárias sobre as distintas formas de levantamento destas informações – e os distintos entendimentos sobre mobilidade que essas fontes revelam. Um processo social tão complexo e heterogêneo como as migrações tanto não cabe em apenas um enfoque teórico e uma área do conhecimento, como exige múltiplas ferramentas e instrumentos de identificação e mensuração desse fenômeno.

Nossa contribuição buscou também identificar um conjunto de transformações capazes de definir especificidade às migrações Sul – Sul no continente, e denotá-las, com isso, como uma quarta etapa das migrações internacionais na América Latina.

NOTAS

¹ Importante ressaltar que esse processo se esgota, para a maioria dos países latino-americanos, já na década de 1950, mas que segue vigente, sobretudo para Brasil e Argentina, por mais duas décadas, com a migração europeia (sobretudo de Portugal e Espanha) e asiática (especialmente Japão e Coréia do Sul).

² A respeito das fontes de dados existentes para a mensuração do fenômeno das migrações intrarregionais na América Latina, ver BENGOCHEA, Julieta; SAUCEDO, Silvia Elena Giorguli. Retos Metodológicos para el Estudio de la Migración Intrarregional en América del Sur. In: BAENINGER, Rosana et. al. Migrações Sul Sul. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/Unicamp, 2018. 976p.

³ Para aprofundamento no estudo da migração internacional que se insere no setor de cuidados sociais e pessoais na Argentina, ver MAGLIANO, Maria José; BARRAL, Ana Inés Mallimaci; BORGEAUD-GARCIANDÍA, Natacha e ROSAS, Carolina. Migraciones y Organización Social del Cuidado en Argentina: Um campo de estudio emergente. In: BAENINGER, Rosana et al. Migrações Sul-Sul. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/Unicamp, 2018. 976p.

⁴ Bógus e Fabiano (2017) chamam a atenção para a diminuição do estoque de brasileiros em destinos migratórios tradicionais, como Itália, Japão e Reino Unido: “Desde 2010, houve uma redução importante no total de brasileiros que emigram para destinos históricos. Em países como Itália, Japão e Reino Unido, os fluxos anuais de brasileiros caíram sensivelmente no período. Enquanto esses locais oferecem menos oportunidades, países com políticas de atração migratória estão se destacando como novos destinos. Mas os governos desses países estabelecem critérios rígidos para atrair profissionais qualificados em áreas específicas” (BÓGUS e FABIANO, 2017, p. 32).

REFERÊNCIAS

- ACNUR. Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados. **Relatório Tendências Globais**. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/>. Acesso em: Junho 2017.
- BAENINGER, R. La Migración Internacional de los Brasileños: características y tendencias. In: **Caderno Série Población y Desarrollo**, Santiago do Chile, v. 27, 2002.
- BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Neпо/Unicamp, 2012. 146p.
- BAENINGER, R. et. al. **Migrações Sul - Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/Unicamp, 2018. 976p.
- BASSO, P. L'ascesa del razzismo nella crisi globale. In: BASSO, Pietro (Org.). **Razzismo di stato: Stati Uniti, Europa, Italia**. Milano: FrancoAngeli, 2010.
- BALÁN, J. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil. **Estudos CEBRAP** 5:5-80, 1973.
- BENGOCHEA, J.; SAUCEDO, S. E. G. Retos Metodológicos para el Estudio de la Migración Intrarregional en América del Sur. In: BAENINGER, Rosana et. al. **Migrações Sul - Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/Unicamp, 2018. 976p.
- BÓGUS, L. M. M.; FABIANO, M. L. A. O Brasil no Contexto das Migrações Internacionais Recentes. In: RODRIGUES, Leda Maria de Oliveira (Org.). **Imigração Atual: Dilemas, inserção social e escolarização – Brasil, Argentina e Estados Unidos**. São Paulo: Editora Escuta, 2017.
- BÓGUS, L. M. M.; RODRIGUES, V. M. Apátridas do Século XXI: desafios atuais na fronteira do Haiti e da República Dominicana. In: **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 4, p. 137-149, 2015.
- BONACICH, E. A Theory Of Ethnic Antagonism. The Split Labor Market. **American Sociological Review** 37: 547-559, 1973.
- BRITO, F. Os Povos em Movimento: As migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. v. 1. Campinas: Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, 1995. p. 53-66.
- BRUNO, S.; MAGUID, A. Contribución e Impacto de los Inmigrantes Sudamericanos em el Mercado de Trabajo de la Argentina. In: BAENINGER, Rosana et al. **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/Unicamp, 2018. 976p.
- CANALES, A. E Pur Si Muove. **Elementos para una teoría de las migraciones en el capitalismo global**. Guadalajara: M.A Porrúa Y Universidad de Guadalajara, 2015. 196p.
- CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Difel: Rio de Janeiro, 1977.

- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. Paz e Terra, 1999.
- CELADE (Centro Latinoamericano e Caribeño de Demografia). Migração Internacional en América Latina, IMILA. **Boletín Demográfico**, CELADE, Santiago de Chile, ano XXXIII, 65, 2000
- CEPAL. **Globalización y Desarrollo**. Santiago de Chile: Cepal, Naciones Unidas, 2002. 396p.
- COVARRUBIAS, H. M. Desarrollo y Migración: Una lectura desde la Economía Política. **Revista Migración y Desarrollo**, nº 14, primeiro semestre de 2010. Pp. 59-87.
- De Haas, H. Migration and Development: A Theoretical Perspective. In: **International Migration Review** 44 (1): 1-38, 2010.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em Outubro de 2017.
- GOULART, M. **A escravidão africana no Brasil**. São Paulo, Martins Ed., 1950.
- GROSGOUEL, R. Migrantes Coloniales Caribeños en los Centros Metropolitanos del Sistema-Mundo. Los casos de Estados Unidos, Francia, los Países Bajos y el Reino Unido. **Documentos CIDOB**, v. 13 – série migrações, Junho de 2007. Pp. 01-51.
- GUARNIZO, L. E. et al. Assimilation and Transnationalism: Determinants of Transnational Political Action among Contemporary Migrants. **The American Journal of Sociology**, 108 (6), 1211-48.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**, São Paulo, Loyola, 1993.
- IMILA - Investigación de la Migración Internacional em Latinoamérica**. Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE). Disponível em: <<https://www.cepal.org/celade/migracion/imila/>> . Acesso em Dezembro de 2016.
- LATTES, A; LATTES, Z. Internacional Migration in Latin América: patterns, determinants and policies. In: Patarra, Neide (Coord). **Migrações Internacionais: Herança XX, Agenda XXI**, FNUAP, 1997.
- LATTES, A. E. Population distribution in Latin America: is there a trend towards population deconcentration? **Population, distribution and migration**. New York : United Nations, 1998.
- LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Rev. Saúde Pública** [online]. 1974, vol.8, suppl., pp.49-90.
- LUCE, M. S. A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, nº 32, p. 119 – 141, junho – 2012.
- MAGALHÃES, L. F. A. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**. 2017. 1 recurso online (355 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.
- MAGALHÃES, L. F. A. Migração de Dependência: Considerações teóricas e metodológicas sobre a imigração haitiana no Brasil. In: BAENINGER, Rosana et al. **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/Unicamp, 2018. 976p.

- MAGLIANO, M. J.; BARRAL, Ana I. M.; BORGEAUD-GARCIANDÍA, N. e ROSAS, C. Migraciones y Organización Social del Cuidado en Argentina: Um campo de estúdio emergente. In: BAENINGER, Rosana et al. **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/Unicamp, 2018. 976p.
- MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MÁRMORA, L. **Las Políticas de Migraciones Internacionales**. Madrid-Buenos Aires, OIM, Alianza Editorial, 1997.
- MARTINEZ, J. **El mapa migratorio de America Latina y el Caribe, las mujeres y el genero**. CEPAL/CELADE. Serie Población y Desarrollo, 44. Chile. 2003.
- MASSEY, D. et alli. **Worlds in Motion: understanding international migration at the end of the millenium**. Clarendon, Press Oxford, 1993.
- MESQUITA, R.; BAENINGER, R. A. Integração regional e fronteiras: desafios para a governança das migrações internacionais na América Latina. In: **VIII Congreso del Consejo Europeo de Investigaciones sobre America Latina (CEISAL)**, Vol., pp.1-3, Salamanca, Espanha, 2016.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (MRE). **Brasileiros no Mundo, 2016**. Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/>. Acesso em Outubro de 2017.
- PATARRA, N.; BAENINGER, R. Migrações Internacionais Recentes: o caso do Brasil. In: Pellegrino, A. (comp.). **Migración e Integración**. Ediciones Trilce, 1995.
- PATARRA, N.L (coord). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. FNUAP, 1996.
- PELLEGRINO, A. International Migration in Latin America: Trends and Emerrging Issues. In: **Seminário Políticas Migratórias –ANPOCS**, São Paulo, 2000.
- PIZARRO, J.M. (ed.). **Migración Internacional em América Latina y el Caribe: nuevas tendencias, nuevos enfoques**. CEPAL, 2011.
- PORTES, A.; LANDOLT, P. **The Downside of Social Capital**. Washington DC: The American Prospect, 1996.
- SALES, T. Migrações de Fronteira entre o Brasil e os Países do Mercosul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 13, n. 1, jan./jun. 1996
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo : Ed. Studio Nobel, 1998.
- SASSEN, S. **The Mobility of Labor and Capital**, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Edusp, 1998, 299p.
- SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 154p.
- VEGA, V. Y. Incorporación Legal de las Principales Colectividades de Extranjeros en la Argentina: La experiência del Programa Pátria Grande. In: BAENINGER, Rosana et al. **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/Unicamp, 2018. 976p.

VILLA, M. e MARTÍNEZ, J. Tendencias e Patrones de la Migración Internacional en América Latina y Caribe. In: **Simpósio sobre Migrações Internacionais em las Américas**. OIM/CEPAI-CELADE/FNUAP, Costa Rica, 2000.

RESUMO

Este artigo busca apresentar um panorama sobre o processo de emigração de brasileiros aos países da América do Sul, a partir de uma reflexão histórica sobre as diferentes fases da migração internacional na América Latina e uma contextualização mais geral sobre a distribuição continental dos brasileiros no exterior nos últimos anos. Utilizaremos distintas fontes de dados, como os últimos Censos Demográficos, estatísticas da CELADE (Centro Latino-Americano de Demografia) e levantamentos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE). O objetivo desta reflexão é periodizar as imigrações internacionais no Brasil e na América Latina, apontando suas principais fases e como essa mobilidade foi fundamental para o desenvolvimento econômico e social na região. A análise sobre as migrações de ultramar dos séculos XIX e XX nos permitirá situar o Brasil no contexto da América Latina, passo importante para entendermos a própria emigração brasileira aos países da América do Sul, processo social também importante que se ampliará a partir de meados do século XX. Por fim, analisaremos alguns dados administrativos sobre brasileiros no exterior, no que buscaremos definir as mobilidades desenvolvidas nas últimas décadas e a consolidação de fluxos para destinos como Estados Unidos, Paraguai, Portugal e Japão.

Palavras-chave: América Latina, imigração, brasileiros no exterior.

ABSTRACT

This article seeks to present an overview of the process of emigration of Brazilians to the countries of South America, based on a historical reflection on the different phases of international migration in Latin America and a more general contextualization on the continental distribution of Brazilians abroad in last years. We will use different data sources, such as the latest Demographic Censuses, statistics from CELADE (Centro Latino-Americano de Demografia) and surveys by the Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE). The purpose of this reflection is to periodize international immigration in Brazil and Latin America, pointing out its main phases and how this mobility was fundamental for the economic and social development in the region. The analysis of the overseas migrations of the 19th and 20th centuries will allow us to situate Brazil in the context of Latin America, an important step to understand Brazilian emigration to the countries of South America, an important social process that will expand from the middle of the 20th century. Finally, we will analyze some administrative data about Brazilians abroad, in which we will seek to define the mobility developed in the last decades and the consolidation of flows to destinations such as the United States, Paraguay, Portugal and Japan.

Keywords: Latin America, immigration, Brazilians abroad